

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.417.041 - SP
(2018/0333530-5)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : AGNUS MAIA FILHO
ADVOGADO : RENATA VILHENA SILVA - SP147954
AGRAVADO : ALLIANZ SAÚDE S.A
ADVOGADOS : CLAUDIO APARECIDO RIBAS DA SILVA - SP101418
GISELE MORAES DE MELO - SP243228
GISLAINE CANDIDO DOS SANTOS PIRES - SP295672
INTERES. : SOUTH32 MINERALS SA
ADVOGADO : SERGIO ANDRÉ LACLAU SARMENTO MARQUES E OUTRO(S) -
SP294474

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto contra decisão que não admitiu recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - PLANO DE SAÚDE - Ação julgada procedente para determinar que o autor e sua dependente sejam mantidos no plano de saúde empresarial sob as mesmas condições anteriormente oferecidas, nos termos do artigo 31 da Lei 9.656/98 - Recente entendimento do C. STJ, em sede de recurso repetitivo que reconheceu que o funcionário aposentado não possui direito adquirido à forma de custeio do plano de saúde usufruído durante a vigência de seu contrato de trabalho - Onerosidade excessiva imposta, entretanto, que não autoriza a alteração da forma de custeio do plano de saúde com relação aos autores - Recurso não provido.

Mediante a decisão de fls. 625-630, proferida em 29.4.2019, conheci do agravo e dei parcial provimento ao especial, para determinar que o direito à manutenção do ex-empregado aposentado no contrato do plano de saúde, sob as mesmas condições de cobertura assistencial dos funcionários da ativa, mediante o pagamento dos valores integrais dos prêmios, não assegura direito adquirido ao regime de custeio.

Verifico, todavia, que a controvérsia dos autos trata do tema afetado à Segunda Seção deste Superior Tribunal, sob o rito dos repetitivos - artigo 1.036 do Código de Processo Civil de 2015, nos RESPs 1.818.487/SP, 1.816.482/SP e 1.829.862/SP,

Superior Tribunal de Justiça

Relator o Ministro Antonio Carlos Ferreira, vinculado ao Tema 1.034, com determinação para suspensão da tramitação, em âmbito nacional, dos processos que versem sobre a questão afetada, mantida, no entanto, a possibilidade de concessão de medidas urgentes pelas instâncias ordinárias.

Com efeito, as ementas das propostas de afetação acolhidas pela Segunda Seção em 29.10.2019, com idêntico teor, têm a seguinte redação:

PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS. EX-EMPREGADO E DEPENDENTES. APOSENTADORIA OU DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. PERMANÊNCIA NO RESPECTIVO PLANO. CONDIÇÕES ASSISTENCIAIS E CUSTEIO.

1. Delimitação da controvérsia: **Definir quais condições assistenciais e** de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.

2. RECURSO ESPECIAL AFETADO PARA JULGAMENTO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.

Desse modo, caracterizada a identidade de questão de direito submetida à sistemática dos recursos repetitivos, devem ser devolvidos os autos ao Tribunal de origem, nos termos do artigo 256, L, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em face do exposto, nos termos do artigo 1.037, II, do Código de Processo Civil/2015, determino a devolução destes autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para nele permanecerem sobrestados até a conclusão do julgamento do mérito dos recursos recebidos como representativos da controvérsia (Tema 1.034), e, após, que se proceda em conformidade com os comandos dos artigos 1.040 e 1.041 do referido código.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora